

Sicredi União MS/TO e Oeste da Bahia

Assembleias 2024 Sicredi

Período assemblear 2024!

Consulte o calendário e não deixe de participar! Pág. 3



**Somos mais
de 100 mil em
Campo Grande/MS**
pág. 4

**Chegamos a
R\$6 Bilhões
em Ativos**
Pág. 4

**Sicredi leva
cooperação para
Rota Bioceânica**
Pág. 12

Siga nossas redes sociais:

 @sicrediuniaomsto  /sicrediuniaomsto  Sicredi União MS-TO e Oeste da Bahia

Conheça mais em sicrediuniaomsto.coop.br

O CAMINHO PARA O FUTURO É A COOPERAÇÃO

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa com raízes fortes e profundas, sustentadas por mais de 120 anos de história e alimentada por nosso propósito, missão, visão e valores, que são os nossos norteadores estratégicos.

Desta árvore viva, nossos associados podem colher os frutos da eficiência, sustentabilidade, cooperativismo, relevância, crescimento e de uma cultura forte que tem as pessoas ao centro.

Neste ano de 2024, nossa base para um crescimento sólido passará pelo caminho de uma governança e gestão fortes, com

a cultura e os valores cooperativistas cada vez mais respeitados e levados de forma simples e clara aos nossos associados e toda a sociedade.

Essa é a chave para entregarmos nosso diferencial nos próximos anos. Esse é o caminho que nos fará chegar ao nosso destino. Um destino e um futuro que só terão sucesso se construídos pela cooperação.

Estamos no momento mais importante da Cooperativa, que está diretamente relacionado a cooperação, que é o período assemblear. As Assembleias do Sicredi

são um grande diferencial do nosso modelo cooperativista. É o momento em que nossos associados(as) ficam por dentro dos principais acontecimentos e participam das decisões por meio do voto. No Sicredi é assim, todos participam do negócio! Por isso, vale reforçar que o calendário das assembleias de núcleo vai de 19 de fevereiro até 18 de abril e será realizado nas 26 cidades de atuação.

Que nosso 2024 seja repleto de crescimento, confiança e respeito.

Boa leitura!

Celso Regis



Mantenha-se Seguro: Evite Golpes de Falsas Centrais

Em um mundo cada vez mais conectado, a segurança das suas informações pessoais e financeiras é de suma importância. Infelizmente, golpistas estão sempre buscando novas formas de enganar as pessoas, e é essencial estar atento para não cair em armadilhas. Aqui estão algumas dicas para ajudá-lo a proteger-se:

Proteja suas Informações Sensíveis:

Nunca compartilhe dados como CPF, números de cartões ou tokens de segurança com terceiros. O Sicredi nunca solicitará essas informações por telefone ou e-mail.



**Sua segurança é nossa prioridade!
Juntos, podemos prevenir golpes e
proteger nossos associados.**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA Modalidade à distância ("digital")



O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia – Sicredi União MS/TO, usando das atribuições conferidas pelo Art. 14 do Estatuto Social, convoca os senhores Delegados de Núcleo, que nesta data somam 83 (oitenta e três), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, no dia 24 de abril de 2024, em única convocação, com a presença de 2/3 (dois terços) dos Delegados, às 19h30 (dezenove horas e trinta minutos), horário de Brasília, a ser realizada à distância, por meio de videoconferência, conforme instruções descritas no campo observações. Na assembleia, serão discutidos e deliberados os seguintes assuntos da

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo:
 - Relatório da Gestão;
 - Balanço dos dois semestres do exercício;
 - Demonstrativo dos Resultados;
- 2) Destinação das Sobras do Exercício de 2023;
- 3) Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberativo).

Campo Grande – MS, 2 de fevereiro de 2024.

Celso Ramos Regis
Presidente

Observações:

1. As instruções para participação e votação na assembleia serão disponibilizados aos Delegados/Associados através dos endereços eletrônicos <https://sicrediuniaomsto.coop.br> e <https://fundacao.sicredi.com.br/assembleias/associado>. O ambiente digital em que será realizada a assembleia poderá ser acessado através de navegador ou aplicativo de computador ou smartphone compatível com os sistemas Windows, iOS e Android. Os mecanismos utilizados permitirão aos Delegados que se identifiquem, assim como exerçam seu direito de manifestação, mediante atuação remota através de áudio, vídeo e chat, em tempo real. Para acesso basta clicar no link, disponível no endereço eletrônico antes mencionado, e preencher sua identificação, oportunidade em que será admitido seu ingresso na Assembleia.
2. Os documentos e informações das matérias relacionadas na ordem do dia da assembleia estão disponíveis nas agências da Cooperativa e também poderão ser acessados através dos sites: <https://sicrediuniaomsto.coop.br/> e <https://fundacao.sicredi.com.br/assembleias/associado>.
3. A Assembleia Geral será integralmente gravada, em atenção ao disposto no Anexo VI à Instrução Normativa 81/2020 do Departamento de Registro Empresarial e Integração.

Expediente

Informativo Sicredi União MS/TO e Oeste da Bahia:

Uma publicação Oficial da Sicredi União MS/TO e Oeste da Bahia
- www.sicrediuniaomsto.coop.br - 67 3311.2102 - Av. Afonso Pena, 2790, 2º andar, Centro, Campo Grande - MS

Conselho de Administração: Presidente - Celso Ramos Regis;
Vice-presidente - Ivan Fernandes Pires Junior

Conselheiros: Alberto Rikito Tomaoka; Alfredo Vicente Pereira,
Luzi Jorge dos Reis Vergani, Ivanir Schallenger Pradella,
Dario Oliveira de Melo

Diretoria: Diretor Executivo: Luis Guilherme Salles Trindade;
Diretora de Operações: Lucélia Ganzer

Conselho Fiscal: Corombert Leão de Oliveira,
Marcilene Dutra Bonfim, Valdemir Lima Carmélio,
Alexandre Damião Vilalva, Rogério Alexandre de Jorge N. Piva,
Valdeci Dias Medrado.

Núcleo Central: Magno da Fonseca Cação

Comissão de Ética: Dalva Aparecida Garcia Caramalac,
Rafael Nunes Magalhães e Valdemir Lima Carmélio

Jornalista Responsável: TFB Comunicação e Marketing

Comunicação e Marketing: Ariane Zen e Bruna Lopes

Fotos: Arquivos da Cooperativa

Editoração / Arte Final: Agência ALBC

Chegou o momento de decidir o futuro da sua cooperativa: a Assembleia

Neste ano de 2024, as Assembleias de Núcleo (AGN) acontecerão a partir do dia 19/2 e vão até o dia 18/4. Para que um maior número de associados possa participar deste momento decisivo para o futuro da cooperativa, as assembleias ocorrerão de maneira presencial e virtual. "Quem não puder comparecer presencialmente, poderá acompanhar nossa transmissão on-line e, junto de todos, registrar o seu voto", ressaltou o presidente Celso Regis.

Na pauta deste processo assemblear, será feita a prestação de contas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, que inclui o Relatório da Gestão; o Balanço dos dois semestres do exercício e o Demonstrativo dos Resultados. Serão decididos, ainda, a destinação das Sobras do Exercício de 2023 e apresentados outros assuntos de interesse dos associados. A Assembleia Geral Ordinária (AGO), está marcada para o dia 24 de abril, às 19h30 (horário de Brasília), e acontecerá de forma totalmente virtual.

Assembleias 2024



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA DE NÚCLEO (Modalidade presencial e à distância simultaneamente)

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia – Sicredi União MS/TO, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, o Regulamento do Programa Pertencer e o Regulamento dos Núcleos de Associados da Cooperativa, convoca os senhores associados, que nesta data somam 121.155 (cento e vinte e um mil e cento e cinquenta e cinco), para as Assembleias de Núcleos, que nesta data somam 83 (oitenta e três) Núcleos, a serem realizadas de forma presencial e a distância simultaneamente, conforme calendário abaixo com a presença, de no mínimo 10 (dez) associados de cada Núcleo. A Assembleia será realizada presencialmente nos horários e locais abaixo relacionados, e, à distância/digital por meio de videoconferência, através da Plataforma do Programa Pertencer, conforme instruções disponíveis no campo observações, para apreciarem e deliberarem, enquanto Núcleo, sobre a seguinte ordem do dia:

1) Eleição dos Delegados e Suplentes, para fins de representação dos associados dos respectivos Núcleos nas Assembleias Gerais da Cooperativa, na forma definida no Estatuto Social, Regulamento do Programa Pertencer e Regulamento dos Núcleos da Cooperativa nos Núcleos das seguintes Agências da Cooperativa: Alvorada/TO, Na-tividade/TO e Tocantinópolis/TO.

2) Definir o posicionamento (voto) de cada Núcleo em relação às matérias constantes no Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa, que se realizará no dia 24 de abril de 2024, voto este que será apresentado nesta assembleia pelo Delegado do respectivo Núcleo, nos termos do § 4º do art. 16 do Estatuto Social, a saber:

I. Prestação de contas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, compreendendo:

- Relatório da Gestão;
- Balanço dos dois semestres do exercício;
- Demonstrativo dos Resultados;
- II. Destinação das sobras do Exercício de 2023;
- III. Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberativo).

Campo Grande/MS, 2 de fevereiro de 2024.

Celso Ramos Regis
Presidente

Agência	Data e Horário (Local) - Presencial	Data e Horário (Brasil) à Distância/Digital	Locais Assembleias Presenciais
Tijuca	Dia 19/2 19 horas	Abre: dia 15/2, 8h Encerra: dia 19/2, 12h	AM Eventos R. Culuene, 1234 - Tijuca, Campo Grande - MS, 79090-650
UFMS e HU (conjunta)	Dia 20/2 19 horas	Abre: dia 16/2, 8h Encerra: dia 20/2, 12h	Salão de eventos - Loja Magnética Ordem e Progresso Rua Ordem e Progresso n. 225 Bairro Jardim América
Guacurus	Dia 21/2 19 horas	Abre: dia 17/2, 8h Encerra: dia 21/2, 12h	Murais Buffet R. Vitor Meireles, 643 - Universitário, Campo Grande - MS, 79060-680
Alfonso Pena e Plataforma (conjunta)	Dia 22/2 19 horas	Abre: dia 18/2, 8h Encerra: dia 22/2, 12h	Av. Alfonso Pena, 4557 - Cidade Jardim, Campo Grande - MS, 79020-000
Parque das Nações	Dia 23/2 19 horas	Abre: dia 19/2, 8h Encerra: dia 23/2, 12h	Sindicato Rural Campo Grande - MS R. Raaf Pires Barbosa, 116 - Chacara Cachoeira, Campo Grande - MS, 79040-150
Água Clara	Dia 26/2 19 horas	Abre: dia 22/2, 8h Encerra: dia 26/2, 12h	Sec. Municipal de Assistência Social Centro Social de Múltiplo Uso R. Fernando Bastos Junior, 609, JD. Santos Dumont, Água Clara/MS
Três Lagoas	Dia 27/2 19 horas	Abre: dia 23/2, 8h Encerra: dia 27/2, 12h	Burris Eventos - Buffet Av. Cap. Olinho Mancini, 9615 - Jardim Alvorada, Três Lagoas - MS, 79611-000
Selvíria	Dia 28/2 19 horas	Abre: dia 24/2, 8h Encerra: dia 28/2, 12h	Paróquia São João Batista Av. Mariúcia Rosa Torres Lukosi 515 - Centro, Selvíria/MS
Brasilândia	Dia 29/2 19 horas	Abre: dia 25/2, 8h Encerra: dia 29/2, 12h	Recanto das Palmeiras R. Declecliano da Fonseca, N° 570, Centro, Brasilândia - MS
Corumbá	Dia 8/3 19 horas	Abre: dia 4/3, 8h Encerra: dia 8/3, 12h	Ygarapé Eventos Rua Cuiabá - 381 - Centro - CEP 79.303-070
Gurupi	Dia 11/3 19 horas	Abre: dia 7/3, 8h Encerra: dia 11/3, 12h	PALACIUS REAL RUA 3, LT. 05, QD 27, BAIRRO: ENG. WALDIR LINS, CEP: 77.423-110, GURUPI / TO
Alvorada	Dia 12/3 8 horas	Abre: dia 8/3, 8h Encerra: dia 12/3, 12h	Câmara Municipal de Vereadores Av. Ana Maria de Jesus, Centro - Alvorada - TO
Formoso do Araguaia	Dia 12/3 19 horas	Abre: dia 8/3, 8h Encerra: dia 12/3, 12h	Igreja Assembleia de Deus Av. Joaquim Batista, 1281 - S. Central, Formoso do Araguaia 77470-000
Lagoa da Confusão	Dia 13/3 19 horas	Abre: dia 9/3, 8h Encerra: dia 13/3, 12h	Espaço Celestial Av. Vitorino Panta, S/N, Q. 01, L. 07, Sala 01, Setor Bueno, Lagoa da Confusão/TO
Paraisópolis do Tocantins	Dia 14/3 19 horas	Abre: dia 10/3, 8h Encerra: dia 14/3, 12h	Salão Paroquial Dom Eriberto Praça da Matriz São José Operário, Centro
Av. Bandeirantes	Dia 18/3 19 horas	Abre: dia 14/3, 8h Encerra: dia 18/3, 12h	Espaço Madame Dora R. Pedro Álvares Cabral, 1401, Caicara, Campo Grande-MS
Julio de Castilho	Dia 19/3 19 horas	Abre: dia 15/3, 8h Encerra: dia 19/3, 12h	Muralhas Festas e Eventos R. dos Andradas, 668 - Vila Duque de Caxias, Campo Grande/MS, 79100-190
14 de Julho	Dia 21/3 19 horas	Abre: dia 17/3, 8h Encerra: dia 21/3, 12h	Igreja Verbo da Vida Rua 14 de Julho, 255 - Centro, Campo Grande/MS, 79004-390

Agência	Data e Horário (Local) - Presencial	Data e Horário (Brasil) à Distância/Digital	Locais Assembleias Presenciais
Araguatins	Dia 1/4 19 horas	Abre: dia 28/3, 8h Encerra: dia 1/4, 12h	D'Coart Eventos Rua Onze, 803, Nova Araguaínas, Araguaatins/TO
Formosa do Rio Preto	Dia 1/4 19 horas	Abre: dia 28/3, 8h Encerra: dia 1/4, 12h	Casarão Rua do Cruzeiro, nº 1237, Centro
Tocantinópolis	Dia 2/4 8 horas	Abre: dia 29/3, 8h Encerra: dia 1/4, 12h	Auditorio Pousada Conventus Rua 21 de Abril, Centro (antigo Seminário Leão XIII), Tocantinópolis/TO
José de Brito e Filadelfia (conjunta)	Dia 2/4 19 horas	Abre: dia 29/3, 8h Encerra: dia 2/4, 12h	Tatereal do Parque de Exposições Dair José Lourenço R. Santa Cruz, 1756-1836 - St. Central, Araguaína - TO, 77813-410
Barreiras e Barreirinhas (conjunta)	Dia 2/4 19 horas	Abre: dia 29/3, 8h Encerra: dia 2/4, 12h	Auditorio - Hotel Morubababa Av. Antônio Carlos Magalhães, 2024 - Novo Horizonte, Barreiras - BA, 47801-285
Colinas	Dia 3/4 19 horas	Abre: dia 30/3, 8h Encerra: dia 3/4, 12h	Salão da Paróquia N. SRA APARECIDA PCA, João XXIII, 1038 - CENTRO Colinas do Tocantins - TO
Roda Velha	Dia 3/4 19 horas	Abre: dia 30/3, 8h Encerra: dia 3/4, 12h	Auditorio do Colégio Maria Edith Rua Espanha Q. 41, 17, 5/N, Roda Velha, São Desidério/BA
Pedro Afonso	Dia 4/4 19 horas	Abre: dia 31/3, 8h Encerra: dia 4/4, 12h	COAPA Av. Mestre Bento, 2380 - Aeroporto, Pedro Afonso - TO, 77710-000
Taquatinga	Dia 4/4 19 horas	Abre: dia 31/3, 8h Encerra: dia 4/4, 12h	Colégio Est Prof Aureliano Rua Dom Pedro II, 0 - Centro Taquatinga - TO, CEP 77320-000
Guarai	Dia 5/4 19 horas	Abre: dia 1/4, 8h Encerra: dia 5/4, 12h	Colégio Impacto Av. B-9 - St. Aeroporto II, Guarai - TO, 77700-000
Luis Eduardo e Integração (conjunta)	Dia 5/4 19 horas	Abre: dia 1/4, 8h Encerra: dia 5/4, 12h	Terrôto Eventos Rod. JK, chácara 07 - Jardim Paraíso I
Porto Nacional	Dia 17/4 19 horas	Abre: dia 13/4, 8h Encerra: dia 17/4, 12h	AV Eventos Novo Horizonte, Porto Nacional - TO, 77500-000
Diandópolis	Dia 18/4 19 horas	Abre: dia 14/4, 8h Encerra: dia 18/4, 12h	Galpão da Igreja Matriz de São José Av. Herculano Costa Rodrigues, s/n - Centro
Natividade	Dia 18/4 9 horas	Abre: dia 14/4, 8h Encerra: dia 17/4, 12h	Câmara Municipal de Natividade Praça da Bandeira, 60-53 1º e 1 - Setor Central Natividade, TO - CEP: 77370-000
Taquaralto	Dia 15/4 19 horas	Abre: dia 11/4, 8h Encerra: dia 15/4, 12h	Escola Caroline Campello Rua SF 11 APM 07 Setor Santa Fe 2ª Etapa
Teotônio Segurado e JK	Dia 16/4 19 horas	Abre: dia 12/4, 8h Encerra: dia 16/4, 12h	Cystal Hall Av. Teotônio Segurado, 1102 SUL LOTE 17, CONJ. 01, Palmas - TO, 77024-002

Observações:

- 1) Na modalidade de assembleia presencial e a distância simultaneamente, os associados podem participar do ato nas agências em que possuem conta na data e horário descritos na tabela acima ou, ainda, à distância/digital, na forma detalhada na observação 4, nas datas e horários também descritos na tabela acima.
- 2) Os documentos e informações das matérias relacionadas na ordem do dia das assembleias estão disponíveis nas agências da Cooperativa, e também poderão ser acessados através dos sites: <https://fundacao.com.br/assembleias/associado> e <https://sicrediuniao.ms.coop.br/>.
- 3) Nas Assembleias presenciais as instruções/orientações serão repassadas no momento da abertura das Assembleias.
- 4) As instruções para participação e votação na assembleia de núcleo a distância estão disponíveis aos Associados através dos endereços eletrônicos <https://fundacao.com.br/assembleias/associado> e <https://sicrediuniao.ms.coop.br/>. O ambiente em que será realizada a assembleia digital poderá ser acessado através de navegador ou aplicativo de computador ou smartphone compatível com os sistemas Windows, iOS e Android, no horário estabelecido no calendário acima. Os mecanismos utilizados permitirão aos Associados que se identifiquem, assim como exerçam seu direito a voz e voto, mediante atuação remota através de chat, em tempo real. Para isso basta clicar no link, disponível no endereço eletrônico antes mencionado, e preencher sua identificação, oportunidade em que será admitido seu ingresso na Assembleia do Núcleo.

Campo Grande é a Capital do Cooperativismo

Neste mês de Janeiro, Campo Grande (MS) atingiu a marca dos 100 mil associados do Sicredi, sendo oficialmente a cidade com o maior número de associados de todo Sistema Sicredi.

São 100 mil pessoas que acreditam na força do cooperativismo e escolheram o Sicredi como a sua instituição financeira

cooperativa. "Essa marca só é possível com muita dedicação e trabalho, e isso nos motiva a continuar buscando a excelência no atendimento e ampliar o relacionamento com as pessoas, empresas, produtores rurais e comunidades", destaca o presidente da Sicredi União MS/TO e Oeste da Bahia, Celso Regis.



Respeito, experiência completa e segura: a receita para 117 mil associados e R\$ 6 bilhões em ativos

A Sicredi União MS/TO e Oeste da Bahia celebrou dois marcos com o fechamento dos números de 2023: 117 mil associados e R\$ 6 bilhões em ativos. Esses números refletem sua solidez em 35 anos de atuação. A expansão do cooperativismo é prioridade, cada novo membro impulsiona a economia local. Daniel Bordignon, gerente de planejamento, destaca que o aumento da base de associados fortalece a cooperativa, gerando valor para a comunidade e membros. Além disso, os 6 bilhões em ativos representam solidez e compromisso com os interesses dos associa-

dos. Esse montante reflete não só depósitos, mas também investimentos nos negócios e sonhos pessoais, destacando a eficácia da abordagem cooperativa.



Sicredi é o principal agente repassador do BNDES em 2023

Em 2023, o Sicredi consolidou sua posição como principal intermediário de recursos do BNDES. Com R\$8,2 bilhões em mais de 49 mil operações, beneficiou produtores rurais, além de públicos de micro, pequenas e médias empresas. No agronegócio, foi destaque com R\$5,7 bilhões concedidos em recursos próprios e liderou os repasses dos programas Inovagro, Pronaf Investimento e Pronamp Investimento, e teve desempenho significativo nos programas Moderagro e PCA. Na concessão de crédito para empresas, registrou crescimento de 101% no financiamento de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas.

Mais um importante capítulo da história de crescimento do Sicredi é escrito em Araguaína

O Sicredi deu sequência a sua trajetória de crescimento com a inauguração da nova sede regional Norte do Tocantins, em Araguaína. O evento, com cerca de 45 participantes, incluindo líderes da Cooperativa e do município, aconteceu no dia 8 de novembro. Para Diego Reis, gerente regional de desenvolvimento, a nova sede acelerará o progresso das comunidades do norte, melhorando o atendimento aos associados e possibilitando mais treinamentos para equipes locais.



Uma equipe preparada para acelerar o desenvolvimento do cooperativismo no Tocantins

01 - Balanços Patrimoniais (em milhares de reais)

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO	6.118.524	4.862.354
DISPONIBILIDADES (Nota 04)	34.425	30.856
INSTRUMENTOS FINANCEIROS	6.152.977	4.859.206
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	89.857	108.649
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	2.692.420	1.741.959
Centralização financeira (Nota 04)	291.011	205.602
Relações interfinanceiras ativas	30	26
Operações de crédito (Nota 07)	2.842.388	2.602.554
Outros ativos financeiros (Nota 08)	237.271	200.416
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO (Nota 07)	(173.303)	(109.761)
OUTROS ATIVOS (Nota 09)	33.441	18.716
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	66.447	57.944
INTANGÍVEL (Nota 10)	4.537	5.393
TOTAL DO ATIVO	6.118.524	4.862.354

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

02 - Demonstração de Sobras ou Perdas (em milhares de reais)

Descrição das contas	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	423.537	798.043	593.621
Operações de crédito (Nota 07)	258.052	491.451	403.545
Resultado de títulos e valores mobiliários	148.198	272.980	114.664
Ingressos de depósitos intercooperativos	17.287	33.612	75.412
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(300.963)	(537.745)	(371.620)
Operações de captação no mercado (Nota 22)	(123.947)	(248.462)	(202.514)
Operações de empréstimos e repasses	(91.420)	(154.411)	(85.184)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(85.596)	(134.872)	(83.922)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	122.574	260.298	222.001
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(60.246)	(117.161)	(115.506)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	83.534	147.764	102.831
Rendas de tarifas bancárias (Nota 24)	14.762	31.144	30.459
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 25)	(59.317)	(109.179)	(97.625)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 26)	(60.889)	(124.196)	(113.471)
Dispêndios e despesas tributárias	(542)	(1.008)	(698)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 27)	18.738	36.760	38.213
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 28)	(56.532)	(98.446)	(75.215)
RESULTADO OPERACIONAL	62.328	143.137	106.495
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	62.328	143.137	106.495
IMPÓSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	90	-	-
Provisão para Imposto de Renda	139	-	-
Provisão para Contribuição Social	90	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(10.388)	(19.767)	(16.147)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	52.169	123.370	90.348

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

03 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldo no início do exercício em 01/01/2022	193.282	168.162	-	18.281	379.725
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	9.046	-	-	(18.098)	(9.052)
Outras destinações	-	-	-	(183)	(183)
Capital de associados	202.328	168.162	-	-	370.490
Aumento de capital	56.374	-	-	-	56.374
Baixas de capital	(13.328)	-	-	-	(13.328)
Resultado do exercício	49.046	-	-	90.348	139.394
Destinações	-	-	-	(4.569)	(4.569)
FATES - Estatutário	-	-	-	(4.569)	(4.569)
Juros sobre o capital próprio	23.558	-	-	(25.070)	(1.512)
Reserva legal - Estatutária	-	39.167	-	(39.167)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(1.958)	(1.958)
Saldo no fim do exercício em 31/12/2022	268.932	207.329	-	19.584	495.845
Mutações do Exercício	75.650	39.167	-	1.303	116.120
Saldo no início do exercício em 01/01/2023	268.932	207.329	-	19.584	495.845
Destinação resultado exercício anterior	9.692	-	-	(19.393)	(9.701)
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	(191)	(191)
Outras destinações	-	-	-	-	-
Capital de associados	278.624	207.329	-	-	485.953
Aumento de capital	99.011	-	-	-	99.011
Baixas de capital	(20.567)	102	-	-	(20.465)
Resultado do exercício	177.064	102	-	123.370	299.536
Destinações	-	-	-	(5.868)	(5.868)
FATES - Estatutário	-	-	-	(5.868)	(5.868)
Juros sobre o capital próprio	28.963	-	-	(31.042)	(2.079)
Reserva legal - Estatutária	-	50.295	-	(50.295)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	8.502	(8.502)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(2.515)	(2.515)
Saldo no fim do exercício em 31/12/2023	386.031	257.726	8.502	25.148	677.407
Mutações do Exercício	117.099	50.397	8.502	5.564	181.562
Saldo no início do semestre em 01/07/2023 (Não auditado)	311.042	207.329	-	71.201	589.572
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	-	-	-	-	-
Capital de associados	311.042	207.329	-	-	518.371
Aumento de capital	59.568	-	-	-	59.568
Baixas de capital	(13.542)	102	-	-	(13.440)
Resultado do semestre	157.068	102	-	52.169	209.339
Destinações	-	-	-	(5.868)	(5.868)
FATES - Estatutário	-	-	-	(5.868)	(5.868)
Juros sobre o capital próprio	28.963	-	-	(31.042)	(2.079)
Reserva legal - Estatutária	-	50.295	-	(50.295)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	8.502	(8.502)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(2.515)	(2.515)
Saldo no fim do exercício em 31/12/2023	386.031	257.726	8.502	25.148	677.407
Mutações do Semestre	74.989	50.397	8.502	(46.053)	87.835

PASSIVO	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO	5.441.117	4.366.509
DEPÓSITOS (Nota 11)	3.107.514	2.665.883
Depósitos à vista	864.175	761.359
Depósitos interfinanceiros	18.010	163.532
Depósitos a prazo	2.225.329	1.740.992
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS	2.014.247	1.419.574
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 12)	17.639	-
Relações interfinanceiras (Nota 13)	1.932.148	1.355.594
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	9.118	12.196
Obrigações por repasses (Nota 15)	18	1.485
Outros passivos financeiros (Nota 16)	55.324	50.299
PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS (Nota 17)	1.085	777
OUTROS PASSIVOS (Nota 18)	318.271	280.275
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	677.407	495.845
CAPITAL SOCIAL	386.031	268.932
RESERVAS DE SOBRAS	266.228	207.329
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	25.148	19.584
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.118.524	4.862.354

04 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em milhares de reais)

	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	137.405	262.160	176.280
Resultado do semestre/exercício	52.169	123.370	90.348
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	85.236	138.790	85.932
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	85.596	134.872	83.922
Distribuição de dividendos	(509)	(1.304)	(1.052)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	66	38	(1.272)
Depreciação e amortização	5.361	10.397	8.652
Baixas do ativo permanente	276	347	309
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	314	308	(58)
Destinações ao FATES	(5.868)	(5.868)	(4.569)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	58.404	191.405	275.487
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(11.413)	18.792	(47.131)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	(168.755)	(540.205)	(297.104)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	30.285	(4)	7
(Aumento) Redução em operações de crédito	(353.539)	(311.164)	(488.348)
(Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos	17.639	17.639	-
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras passivas	323.200	576.554	399.829
(Aumento) em outros ativos financeiros	(26.968)	(35.551)	(40.254)
(Aumento) Redução em outros ativos	(1.563)	(16.763)	966
Aumento em depósitos	187.321	441.631	637.773
Aumento em passivos financeiros	3.010	5.025	45.376
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.856)	(4.545)	(5.325)
Absorção de depósitos pelo FATES	(2.950)	(4.094)	(5.686)
Aumento em outros passivos	63.993	42.090	75.384
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	195.809	453.565	451.767
Aquisição de imobilizado de uso	(11.804)	(17.172)	(17.596)
Aplicações no intangível	(564)	(1.219)	(1.983)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(12.368)	(18.391)	(19.579)
Integralização de capital	59.568	99.011	56.374
Baixa de capital	(13.440)	(20.465)	(13.328)
Fundos estatutários	(2.515)	(2.515)	(1.958)
Juros ao capital próprio	(2.079)	(2.079)	(1.512)
Distribuição de Sobras	4	(9.892)	(9.235)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	41.538	64.060	30.341
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	224.979	499.234	462.529
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.850.253	1.575.994	1.113.465
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	2.075.232	2.075.228	1.575.994

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

05 - Demonstração dos Resultados Abrangentes (em milhares de reais)

	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	52.169	123.370	90.348
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	52.169	123.370	90.348

06 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 26/08/1988 e sede situada na Avenida Afonso Pena, 2.790 - 2º andar, na cidade de Campo Grande - Mato Grosso do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2023, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.600 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 41 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais - acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") - a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança)."

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de fevereiro de 2024.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

“As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.”

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 5.390 (dezembro de 2022 - R\$ (500)) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21.

• Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

• Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota “Imobilizado de uso e intangível”, que levam em consideração a vida útil econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota “Imobilizado de uso e intangível”. As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base pro-rata-die, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade. Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “pro rata die”.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata-die incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e CSLL de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS - 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS - 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

“As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.”

“I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito.”

“II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;”

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	34.425	30.856
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	1.749.792	1.339.536
Centralização financeira	291.011	205.602
Total	2.075.228	1.575.994

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2023 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2022 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
DI entre Banco e Cooperativa	-	9.858	-	9.858	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	79.999	79.999	108.649
Total	-	9.858	79.999	89.857	108.649
Total circulante				9.858	-
Total não circulante				79.999	108.649

As aplicações de Depósitos Interfinanceiros entre Cooperativas do Sicredi são realizadas com a finalidade de fornecer liquidez. Por ser um leilão, a taxa varia na aplicação, mas tem mínimo de 105% do CDI.

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa (operações de hedge) e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	A vencer				
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Títulos de renda fixa - CPR	50.007	315.112	446.595	811.714	317.608
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	741.341	-	-	741.341	551.824
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	1.008.451	-	-	1.008.451	787.712
Participações de Cooperativas	-	-	130.914	130.914	84.815
Total	1.799.799	315.112	577.509	2.692.420	1.741.959
Total circulante				2.114.911	1.480.019
Total não circulante				577.509	261.940

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passaram a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2023	31/12/2022
Sicredi Participações S.A.	45.897	38.320
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	85.013	46.490
Outros	-	1
Total	130.914	84.815

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2023, os quais passaram a ser apresentados, a partir de dezembro de 2022, em títulos e valores mobiliários - participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Sicredi Fundos Garantidores	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações/quotas possuídas	14.890.664 ON 31.006.259 PN	12.433.338 ON 25.886.840 PN	4	4	85.013.116	46.490.565
Percentual de participação	1,06%	1,19%	Quotas 2,48%	Quotas 2,48%	Quotas 22,72%	Quotas 21,93%
Capital social	4.341.716	3.208.211	161	161	374.222	212.030
Patrimônio líquido	4.427.933	3.298.737	416.033	369.267	386.547	219.165
Resultado líquido do exercício	120.326	115.902	46.767	1.195	(3.040)	(2.240)
Valor das participações das cooperativas	45.897	38.320	4	4	85.013	46.490

NOTA 07 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2023					31/12/2022
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira	Total da Carteira
Empréstimos e títulos descontados	65.453	307.014	728.723	502.531	1.603.721	1.427.237
Financiamentos	1.462	40.161	98.099	185.643	325.365	292.230
Financiamentos rurais e agroindustriais	17.094	68.545	394.240	433.423	913.302	883.087
Total das operações de crédito	84.009	415.720	1.221.062	1.121.597	2.842.388	2.602.554
Avais e fianças honradas (Nota 08)	1.322	-	-	-	1.322	268
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	184	326	1.055	1.565	1.670
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	159.599	52.071	615	212.285	182.933
Total de outros créditos	1.322	159.783	52.397	1.670	215.172	184.871
Carteira total	85.331	575.503	1.273.459	1.123.267	3.057.560	2.787.425
Total circulante					1.934.293	1.777.237
Total não circulante					1.123.267	1.010.188

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022, passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos				Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Nível AA	-	156.879	80.615	-	-	-	-
Nível A	0,50	1.428.421	1.273.448	7.142	6.365	-	-
Nível B	1,00	911.138	984.222	9.112	9.836	-	-
Nível C	3,00	282.264	271.532	8.468	8.163	-	-
Nível D	10,00	92.154	65.214	9.215	6.521	-	-
Nível E	30,00	44.448	32.004	13.334	9.591	-	-
Nível F	50,00	22.552	16.139	11.276	8.057	-	-
Nível G	70,00	16.493	10.003	11.545	7.002	-	-
Nível H	100,00	103.211	54.248	103.211	54.246	-	-
Total		3.057.560	2.787.425	173.303	109.761		

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos. A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 558.755 (dezembro de 2022 - R\$ 436.577) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 30). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 8.807 (dezembro de 2022 - R\$ 5.163) conforme Nota 16.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2023					31/12/2022
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total da Carteira	Total da Carteira
Pessoas físicas	38.165	251.173	438.912	364.996	1.093.246	923.185
Rural	17.094	68.545	394.240	433.423	913.302	883.087
Industrial	96	1.829	2.429	2.525	6.879	4.429
Comércio	7.699	68.831	115.549	78.157	270.236	207.842
Pessoas jurídicas	22.277	185.125	322.329	244.166	773.897	768.882
Total	85.331	575.503	1.273.459	1.123.267	3.057.560	2.787.425
Total circulante					1.934.293	1.777.237
Total não circulante					1.123.267	1.010.188

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
10 maiores devedores	172.936	5,66	187.678	6,73
50 devedores seguintes	382.347	12,50	351.217	12,60
100 devedores seguintes	344.351	11,26	323.099	11,59
Demais	2.157.926	70,58	1.925.431	69,08
Total	3.057.560	100,00	2.787.425	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	126.346	109.761	71.304
Constituição de provisão	122.802	206.737	133.482
Reversão de provisão	(37.206)	(71.865)	(49.560)
Movimento da provisão para perdas no resultado	85.596	134.872	83.922
Movimentação de baixados para prejuízo	(38.639)	(71.330)	(45.465)
Saldo final	173.303	173.303	109.761

f) Resultado com operações de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e títulos descontados	328.166	266.037
Financiamentos	57.406	40.529
Financiamentos rurais e agroindustriais	90.883	77.800
Outros	518	517
Subtotal	476.973	384.883
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	14.478	18.662
Total	491.451	403.545

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 95.074 (2022 - R\$ 48.993).

NOTA 08 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	212.285	182.933
Rendas a receber	8.026	5.981
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	1.565	1.670
Avais e fianças honradas (Nota 07)	1.322	268
Transações com cartão de crédito	14.061	9.275
Devedores por depósitos em garantia (Nota 17)	12	289
Total	237.271	200.416

Total circulante	235.589	198.822
Total não circulante	1.682	1.594

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 - OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

	31/12/2023	31/12/2022
Outros valores e bens	13.480	7.900
Adiantamentos e antecipações salariais	1.257	1.027
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	3.143	1.267
Adiantamentos para Confederação Sicredi	3.455	1.148
Impostos e contribuições a compensar	1.285	637
Valores a receber SFG	88	173
Outros	289	1.242
Total circulante	22.997	13.394

Outros valores e bens	10.444	5.322
Total não circulante	10.444	5.322

Total	33.441	18.716
--------------	---------------	---------------

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas. Os valores de impostos e contribuições a compensar referem-se a alguns casos em que houve pagamento indevido de valores de INSS decorrente de erros de notas fiscais que possuíam retenção de INSS ou situações de reprocessamentos da folha de pagamento. Ambos os casos serão compensados através da PER/DCOMPweb.

a) Outros valores e bens

	31/12/2023	31/12/2022
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	23.081	12.736
Imóveis	19.340	11.072
Veículos e afins	3.741	1.664
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(231)	(193)
Material em estoque	21	24
Despesas antecipadas	1.053	655
Total	23.924	13.222

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(193)	(1.465)
Constituição de provisão	(141)	(1)
Reversão de provisão	103	1.273
Saldo final	(231)	(193)

NOTA 10 - IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	98.469	(32.022)	66.447	57.944
Imobilizações em curso	-	18.011	-	18.011	15.486
Terenos	-	1.329	-	1.329	1.329
Edificações	4%	2.357	(341)	2.016	2.104
Instalações	10%	3.246	(1.019)	2.227	1.893
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	32.718	(16.274)	16.444	16.595
Móveis e equipamentos	10%	22.763	(5.757)	17.006	11.117
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	3.546	(1.042)	2.504	2.368
Equipamentos de processamento de dados	20%	12.409	(6.785)	5.624	5.543
Veículos	20%	2.090	(804)	1.286	1.509
Intangível	-	16.460	(11.923)	4.537	5.393
Investimentos Confederação	20%	16.398	(11.888)	4.510	5.360
Outros ativos intangíveis	20%	62	(35)	27	33

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 - DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	864.175	-	-	864.175	761.359
Depósitos interfinanceiros	-	-	18.010	18.010	163.532
Depósitos a prazo	37.337	53.957	2.134.035	2.225.329	1.740.992
Total	901.512	53.957	2.152.045	3.107.514	2.665.883
Total circulante				955.469	987.704
Total não circulante				2.152.045	1.678.179

NOTA 12 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI)	-	507	17.132	17.639	-
Total		507	17.132	17.639	-
Total circulante				507	-
Total não circulante				17.132	-

A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa criado para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Repasse interfinanceiros	1.932.148	1.355.592
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	2
Total	1.932.148	1.355.594

a) Repasses Interfinanceiros

	31/12/2023				31/12/2022	
	Sem vencimento e até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	100.479	695.199	825.606	1.621.284	1.151.955	
Total - Recursos do Crédito Rural	100.479	695.199	825.606	1.621.284	1.151.955	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	21.207	174.966	114.691	310.864	203.637	
Total - Outros Recursos	21.207	174.966	114.691	310.864	203.637	
Total	121.686	870.165	940.297	1.932.148	1.355.592	
Total circulante				991.851	809.638	
Total não circulante				940.297	545.954	

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa de 15,95% a.a. com vencimentos até 17/11/2033, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2023				31/12/2022	
	Sem vencimento e até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	3.189	5.929	9.118	12.196	
Total	-	3.189	5.929	9.118	12.196	
Total circulante				3.189	3.303	
Total não circulante				5.929	8.893	

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% a.a com vencimento em 15/10/2026.

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasse no País	31/12/2023				31/12/2022	
	Sem vencimento e até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
BNDES	18	-	-	18	1.485	
Total	18	-	-	18	1.485	
Total circulante				18	1.485	

As obrigações por repasses operam com uma taxa de 3,75% a.a. com vencimento até 30/06/2024.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.560	1.455
Juros instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	2.095	2.118
Recursos em trânsito de terceiros	4.422	3.018
Total circulante	9.077	6.591
Provisão para garantias financeiras prestadas	6.247	3.708
Instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco	40.000	40.000
Total não circulante	46.247	43.708
Total	55.324	50.299

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a cobrições assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de crédito de seus cooperados junto ao Banco. Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços. Os instrumentos de dívida elegíveis a capital - Banco referem-se a contratos de letras financeiras com cláusula de subordinação com vencimentos até 2032, celebrado pela Cooperativa e o Banco Cooperativo Sicredi com o objetivo de alavancar as operações de crédito, cujos juros são pagos semestralmente ou na data do vencimento.

NOTA 17 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2023	31/12/2022
Trabalhista	Provável	76	136
Cível	Provável	1.009	641
Total não circulante		1.085	777

Natureza	31/12/2022	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2023
Trabalhista	136	26	(86)	76
Cível	641	579	(211)	1.009
Total não circulante	777	605	(297)	1.085

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Cível	142	4.649	100	3.018
Tributária	10	2.013	10	1.816
Trabalhista	11	3.063	1	216
Total não circulante	163	9.725	111	5.049

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processos números 0036576-57.2022.8.27.2729 e 0021886-23.2022.8.27.2729, versando sobre matéria tributária em que se discute os créditos ISSQN. Os processos encontram-se aguardando despacho. Os valores estimados de R\$ 689 e R\$ 571 respectivamente, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível. No entendimento da cooperativa os créditos de contribuição previdenciária apontados efetivamente existem e são suficientes para compensação integral dos débitos informados.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 12 (dezembro de 2022 - R\$ 289), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Transações com cartões de crédito	220.077	193.012
Provisão para pagamentos a efetuar	18.301	15.005
Cotas de capital a pagar	13.242	8.042
Provisão para participações nos lucros	20.087	15.540
Fundo de assistência técnica, educacional e social	7.476	5.703
Fundos voluntários	4.262	4.523
Impostos e contribuições a recolher	5.704	5.236
Credeiros diversos	8.719	8.126
Cheques administrativos	19.184	24.151
Cobrança e arrecadação de tributos	760	682
Pendências a regularizar	459	255
Total	318.271	280.275

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasse dos custos sobre a carteira de aquisição). Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 19 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	386.031	268.932
Total de associados	121.555	104.629

Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do capital social foi de R\$ 117.099 (dezembro de 2022 - R\$ 75.650), sendo R\$ 38.655 (dezembro de 2022 - R\$ 32.604) via integralização de resultados e R\$ 99.011 (dezembro de 2022 - R\$ 56.374), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 50.567 (dezembro de 2022 - R\$ 13.328).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,19% em conta capital, no montante de R\$ 31.042 (dezembro de 2022 - R\$ 25.070), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a Reserva Legal

de dezembro de 2023, a cooperativa passou a contabilizar a reversão de capital a pagar, não procurada pelos ex associados há mais de dez anos, conforme o disposto na Lei Complementar nº 196/22, no valor de R\$ 102.

d) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do período	123.370	90.348
(-) Juros sobre capital próprio	(31.042)	(25.070)
(-) Recuperação de Prejuízo	(8.502)	-
(=) Base de cálculo das destinações estatutárias	83.826	65.279
FATES	7%	7%
FATES	5.868	4.569
Reserva Legal	60%	60%
Reserva Legal	50.295	39.167
Fundo Social	3%	3%
Fundo Social	2.515	1.958
Sobras Líquidas a disposição da AGO	25.148	19.584

A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

O Fundo Social é destinado a apoiar ações de interesse coletivo, desenvolvidas na área de ação da Cooperativa.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	143.137	106.495
Participação nas sobras	(19.767)	(16.147)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	123.370	90.348

	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(49.348)	(37.043)

	31/12/2023	31/12/2022
Efeito dos ajustes previstos na legislação:	47.192	37.248
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	12.417	10.279
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	522	425
Demais adições e exclusões previstas na legislação		
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	89.857	108.649
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	2.692.420	1.741.959
Centralização financeira (Nota 04)	291.011	205.602
Outros ativos financeiros (Nota 08)	7.273	2.373
Outros ativos (Nota 09)	3.543	1.321
Intangível (Nota 10)	4.510	5.360

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	18.010	163.532
Relações interfinanceiras (Nota 13)	1.932.148	1.355.592
Obrigações por empréstimos (Nota 14)	9.118	12.196
Outros passivos (Nota 18)	215.927	181.347
Principal e juros dívida subordinada - Outros passivos financeiros (Nota 16)	42.095	42.118

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	272.980	114.664
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	17.030	8.795
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 27)	2.659	1.052
Ingressos de depósitos intercooperativos	33.612	75.412

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 22)	16.270	19.577
Operações de empréstimos e repasses	154.391	85.083
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 26)	2.982	4.341
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 28)	31.387	25.807

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da Operação	31/12/2023	% em relação ao total	31/12/2022
Depósitos à vista	208	0,02%	205
Depósitos a prazo	1.774	0,08%	1.853
Operações de crédito	4.212	0,15%	2.780

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Pessoas chave da administração	5.476	5.049

NOTA 22 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos interfinanceiros	760	8.488	13.647
Depósitos de aviso prévio	19	38	33
Depósitos a prazo	117.003	227.793	179.340
Letras de crédito imobiliário	81	81	-
Letras financeiras	3.827	7.782	5.930
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	2.257	4.280	3.564
Total	123.947	248.462	202.514

NOTA 23 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Cobrança	5.144	10.145	9.423
Comissões	129	442	587
Consórcios	19.170	32.427	20.406
Convênios	1.102	2.238	2.116
Distribuição de produtos e serviços bancários	10.600	16.416	8.193
Processamento da compensação	63	122	134
Seguros	9.970	18.338	12.706
Taxas e tarifas	4.116	7.095	6.394
Serviços de pagamento	27.722	49.334	39.821
Antecipação de recebíveis	5.109	10.381	2.230
Outros serviços	409	826	821
Total	83.534	147.764	102.831

NOTA 24 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Pacotes de serviços - PF	5.679	11.239	10.642
Serviços prioritários - PF	322	679	855
Serviços diferenciados - PF	-	-	2
Tarifas bancárias - PJ	8.761	19.226	18.960
Total	14.762	31.144	30.459

NOTA 25 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	33.585	62.030	55.577
Benefícios	12.591	23.279	20.079
Encargos sociais	12.618	22.951	19.588
Treinamentos	523	919	2.381
Total	59.317	109.179	97.625

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Água, energia e gás	1.519	2.759	2.483
Aluguéis	6.185	12.453	10.647
Comunicação	1.718	3.127	2.984
Manutenção e conservação	3.694	7.999	6.959
Material de expediente	1.239	2.295	1.804
Processamento dados	3.476	6.518	5.511
Propaganda e publicidade	819	1.904	3.235
Promoções e relações públicas	4.918	14.570	16.807
Serviços do sistema financeiro	3.316	6.510	7.009
Assessoria e consultoria	385	939	657
Auditoria externa	45	45	40
Serviços jurídicos	2.639	4.739	2.378
Serviços de terceiros	2.663	4.288	2.149
Serviços de técnicos especializados	5.292	16.074	20.584
Serviços de vigilância e segurança	2.064	4.043	3.560
Serviços de transportes	2.635	5.004	4.233
Depreciação	4.292	8.322	6.930
Amortização (Rateio Confederação)	1.066	2.069	1.716
Amortização outros ativos intangíveis	3	6	6
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	2.950	4.093	5.686
Emolumentos e taxas diversas	2.794	4.961	3.989
Ressarcimento tarifas	585	1.045	1.240
Seguros	194	364	485
Fundo social Sicredi - inclusão social	2.695	2.776	131
Outras despesas administrativas	3.703	7.293	2.248
Total	60.889	124.196	113.471

NOTA 27 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Absorção de dispêndios - FATES	2.951	4.095	5.686
Utilização de fundos voluntários	2.695	2.776	132
Lucros na alienação de valores e bens	116	288	453
Recuperação de encargos e despesas	5.187	12.337	9.897
Reversão de provisões operacionais	450	1.331	3.545
Reversão de provisões impostos folha	2.391	3.444	3.018
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.122	2.431	1.812
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 17)	232	297	835
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	-	3.914	8.052
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	581	1.055	1.072
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	688	1.346	1.872
Juros ao capital	1.355	1.355	-
Lucros e dividendos	509	1.304	1.052
Outras rendas operacionais	461	787	787
Total	18.738	36.760	38.213

NOTA 28 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Descontos concedidos em renegociação e crédito	5.069	9.069	8.105
Contribuições Cooperativistas	40	47	5
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	781	1.467	1.305
Contribuição Confederação Sicredi	11.925	22.066	18.127
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.850	3.259	2.072
Encargos da administração financeira	4	9	11
Prejuízo na alienação de valores e bens	472	598	2.023
Provisões para garantias financeiras prestadas	3.687	6.075	4.342
Provisões para passivos contingentes (Nota 17)	546	605	777
Outras provisões operacionais	2.115	3.905	3.447
Serviços associados a transações de pagamento	20.613	29.227	16.948
Risco operacional	1.270	2.210	2.796
Juros e comissões	31	53	11
Tarifa serviços folha pagamento servidores	877	1.613	1.413
Distribuição de produtos e serviços bancários	833	1.419	1.750
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.171	2.254	2.289
Processamento centralizado	3.112	6.168	5.906
Antecipação de recebíveis	-	4.457	-
Outras despesas operacionais	2.136	3.945	3.888
Total	56.532	98.446	75.215

NOTA 29 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes das destinações	52.169	123.370	90.348
Eventos não recorrentes	-	-	-
Resultado recorrente	52.169	123.370	90.348

NOTA 30 – COBRIGACÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras cobrigações estão assim compostas:

	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de garantias prestadas	558.755	436.577
Total	558.755	436.577

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras erepassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 31 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

"Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição."

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

"Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seu impacto no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse."

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- * Normalização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição."

III - Risco de Continuidade de Negócios

"Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas."

"Através de uma Análise de Impacto aos Negócios (BIA) são identificados os serviços considerado críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência, principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades."

"O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAS;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras."

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- * Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;

• Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema."

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRBB)

"O IRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente."

"Os processos para o gerenciamento do risco de IRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRBB das instituições do Sistema."

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

"A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

• A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado."

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

"Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo."

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

"Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas."

IX - Risco de conformidade

"O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade. A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção."

"Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência."

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade, disponibilidade das informações, a governança e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas >

Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

Emb, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 32 - ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites Operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	714.966	532.570
Nível I (NI)	672.871	490.452
Capital principal - CP	672.871	490.452
Capital social	386.031	268.932
Reservas de capital	266.228	207.329
Sobras acumuladas	25.148	19.584
Ajustes Prudenciais	(4.536)	(5.393)
Nível II (NII)	42.095	42.118
Letras Financeiras e Dívidas Subordinadas	42.095	42.118
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	4.126.224	3.385.573
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	32.242	11.279
Margem de Capital	249.470	165.805
Índice de Basileia (PR / RWA)	17,33%	15,73%
Situação de Imobilização (Imob)	66.447	57.944
Índice de Imobilização (Imob / PR)	9,29%	10,88%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 33 - SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2023, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 34 - OUTRAS INFORMAÇÕES

1) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

"Adicionalmente, em 23 de Novembro de 2023 o Banco Central divulgou a Resolução BCB nº 352, norma complementar a Resolução CMN nº 4.966, no qual divulgou os procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de "SPPP"), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (metodologia simplificada), e a evidencição de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

As Cooperativas Singulares e as Centrais, aprovaram internamente em sua governança, o plano de implementação com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025.

O resumo do plano está demonstrado a seguir:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

O SICREDI organizou internamente em Grupos de Trabalhos, no qual está atuando nas aplicações dos conceitos da nova norma, incluindo: aplicação de novas metodologias, políticas, processos e consequente reflexos sistêmicos. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. O processo completo de implantação será concluído até a data de entrada em vigor das normas.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a nova estrutura, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados através das Instrução Normativa BCB nº 426 a 433 de 1/12/2023. As avaliações dos impactos do plano de contas estão em andamento com revisão do projeto."

"b) Lei nº 14.467 de 16/11/2022

A Lei 14.467 publicada em 16 de novembro de 2022, prevê novos critérios para o reconhecimento fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos do setor financeiro, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Visto que esta norma está diretamente relacionada com a implementação da Resolução CMN 4.966/2021 ("IFRS 9"), o Sicredi está analisando os impactos de forma conjunta entre diversas áreas, especialmente riscos, contabilidade."

Lucélia Ganzer
Diretora de Operações
CPF: 858.267.071-00

Luís Guilherme Salles Trindade
Diretor Executivo
CPF: 791.058.079-72

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/0-8 / CPF: 694.157.650-20

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
Av. Afonso Pena, 2790 - 2º andar - Centro 79.002-075 - Campo Grande/MS
CNPJ - 24.654.881/0001-22 - NIRE: 54.4.000157-2
sicredi.com.br - sicrediuniamaomst.coop.br



Parecer do Conselho Fiscal

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames realizados durante todos os meses do exercício de 2023, conforme as respectivas Atas das Reuniões do Conselho Fiscal, e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Campo Grande-MS, 9 de Fevereiro de 2024

Valdemir Lima Carmelino
Conselheiro

Corombert L. Oliveira
Conselheiro

Marclene Dutra Bonfim
Conselheira

Alexandre Damiano Vilalva
Conselheiro

Rogério Alexandre J.N. Piva
Conselheiro

Valdeci Dias Medrado
Conselheiro



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda
CRC - SP-015199/F-7

Bu:ding a better
work:ng wor:d

Parecer da Auditoria

Aos Administradores, Conselheiros e Associados da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO Campo Grande / MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Brasília-DF, 8 de fevereiro de 2024.

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-R5062793/0-8

Mulheres se unem para promover o protagonismo feminino em cooperativas no Tocantins

Nos dias 17 e 18 de novembro, a Sicredi União MS/TO e Oeste da Bahia esteve presente no 15º Encontro de Mulheres Cooperativistas do Tocantins, um encontro promovido pela OCB TO, na cidade de Palmas, que teve como principal objetivo unir mulheres para conversar e trocar experiências sobre a importância do papel feminino em cooperativas. "Foram dois dias de capacitação e conexão entre mulheres.

Havia mulheres de outras cooperativas e outros municípios, trocando experiências e compartilhando vivências", declarou Jorquedeane de Castro, assessora de desenvolvimento do cooperativismo.



Cooperadas e colaboradoras representando o Sicredi em Palmas

Encontro de Promotores do Cooperativismo reforça compromisso social do Sicredi

O 3º Encontro dos Promotores do Cooperativismo, realizado em 25 de janeiro em Campo Grande, contou com a participação dos representantes de todas as 40 agências do MS, BA e TO. Este evento presencial proporcionou um momento único para enfrentar os desafios e oportunidades mapeadas para 2024. O diretor executivo Luis Guilherme Trindade enfatizou a importância dos promotores, destacando o papel

fundamental que desempenham no crescimento da cooperativa e reforçando o compromisso social da instituição. "São como os dois 'pinheiros' que simbolizam a força econômica e social, mostrando proximidade e apoio às comunidades", declarou Luis Guilherme.

Foi o primeiro encontro presencial envolvendo todos os promotores em um mesmo lugar



Seminário Cooperar reúne mais de 70 lideranças em Brasília

Nos dias 07 e 08 de dezembro, em Brasília/DF, ocorreu o Seminário Cooperar, momento crucial de alinhamento estratégico e aprendizado entre Gerentes e Diretoria da Sicredi União MS/TO e Oeste da Bahia. Com a participação de cerca de

70 pessoas, incluindo os Conselhos de Administração e Fiscal, Diretores da Central BRC e a Gerente de Desenvolvimento de Negócios da BRC, o evento abordou liderança, planejamento, resultados, eficiência e oportunidades. Palestras com

Felipe Feldens, diretor executivo do Centro Administrativo Sicredi, e membros da Central Sicredi Brasil Central complementaram as discussões sobre estratégias, transformação digital e soluções financeiras para diversos públicos.



Lideranças se reuniram em Brasília para estudar e planejar o futuro da Cooperativa

Painel Sicredi trata o tema “Condomínios” com especialista do Fantástico

A edição de novembro do Painel Sicredi, realizada no dia 9, em Campo Grande - MS, trouxe o advogado Márcio Rachkorski para tratar sobre o tema “Condomínios”. Especialista no assunto e consultor do programa Fantástico nos quadros

“Chame o síndico” e “O Conciliador”, Márcio falou para quase 200 pessoas, entre síndicos particulares, síndicos profissionais e administradoras de condomínio. “Escolhemos este tema condomínios, que ainda traz tantas dúvidas e, ao

mesmo tempo, possibilidades de melhoria e aperfeiçoamento e nos colocarmos, mais uma vez, como instituição parceira das iniciativas que possam surgir a partir deste encontro”. Afirmou Flávio Araújo, superintendente de desenvolvimento.



Márcio Rachkorski foi o convidado da edição “Condomínios” do Painel Sicredi

Na Rota Bioceânica, Sicredi apoia o desenvolvimento local levando a bandeira do cooperativismo

Como sinônimo de cooperativismo, a Sicredi União MS/TO e Oeste da Bahia não poderia ficar de fora de mais um marco da história do MS: a III Expedição da Rota de Integração Latino-Americana (RILA), que teve início em 24 de novembro e, após mais de 2 mil KM percorridos, retornou a Campo Grande em 5 de dezembro.

O objetivo central da RILA foi conhecer toda a Rota Bioceânica, que liga Brasil, Paraguai, Argentina e Chile. Enquanto instituição financeira cooperativa, o Sicredi participou da rota demonstrando apoio a iniciativa, que trará aos empresários sul-mato-grossenses a oportunidade de que seus produtos cheguem com maior facilidade

até o porto de Iquique e, dali, sejam exportados para a Ásia, os Estados Unidos, ou pro próprio Chile.



Comitiva percorreu mais de 2 mil km até o Chile



A expedição partiu em 24 de novembro e retornou a Campo Grande em 5 de dezembro.